

O LUGAR DOS CMES NAS NOTÍCIAS SOBRE AS ESCOLAS NA PANDEMIA

Data de aceite: 02/05/2023

Morgana Vieira Tavares
(UFJ)

Camila Alberto Vicente de Oliveira
(UFJ)

Tácio Assis Barros
(UFJ)

RESUMO: A presente pesquisa se vincula ao Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práticas Educativas (NUFOPE/UFJ) e teve como objetivo geral identificar textos (notícias, reportagens, entrevistas) publicados em *sites* de grande circulação no estado de Goiás sobre as escolas na pandemia, entre março de 2020 a abril de 2022 e o lugar ocupado pelos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) nestes textos. Considerando a história, as funções dos CMEs na organização e gestão da educação nos municípios e a emergência sanitária que nos encaminhou para a realização de pesquisas que utilizassem recursos tecnológicos, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a pesquisa documental realizada em três momentos distintos em

sites de grande circulação no estado de Goiás com vistas a levantar textos sobre educação na pandemia na interlocução com os Conselhos. Foram realizadas pesquisas nos *sites* dos portais de notícias G1 Goiás e Google e no *site* do jornal O popular usando expressões-chave relacionadas ao objetivo da pesquisa. Foram construídos quadros com os dados quantitativos dos resultados dos levantamentos que mostram, dentre outras coisas, a ineficiência do uso das aspas como ferramenta de filtro. Como resultado, os dados mostram que são vários resultados quantitativos encontrados, mas que são poucas notícias relacionadas ao CME e as que o cita - de fato - estão com acesso limitado, restrito apenas aos assinantes e, diante disso, pode-se afirmar que este Conselho não aparece na grande mídia do estado de Goiás. Não foi possível realizar a leitura direta de nenhum texto, mas os títulos e *leads* disponíveis nos permitem inferir que não há nenhuma menção direta aos Conselhos Municipais. Os Conselhos citados representam outros entes, como o Conselho Estadual de Educação. Diante disso, pode-se afirmar que o CME ocupa um não-lugar nas publicações pesquisadas. **PALAVRAS-CHAVE:** Conselhos Municipais de Educação, pandemia, imprensa goiana,

trabalho docente.

APRESENTAÇÃO

O NUFOPE - Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práticas Educativas, da Regional Jataí – em atividade há 12 anos na Universidade Federal de Jataí (UFJ) – tem participado de pesquisas interinstitucionais envolvendo docentes, estudantes de graduação e pós-graduação, docentes das redes públicas oriundos de Minas Gerais (representados pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU e Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM), Mato Grosso do Sul (Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD), Mato Grosso (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT) e Goiás (NUFOPE/UFJ).

A primeira pesquisa interinstitucional desenvolvida entre 2014 e 2017 localmente intitulada “Os Conselhos Municipais de Educação e a qualidade socialmente referenciada do ensino” trouxe importantes avanços na compreensão acerca dos sentidos, funções, perfil dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no estado de Goiás. O NUFOPE se consolidou enquanto *lócus* de reflexão sobre esse ente político e possibilitou o avanço na produção do conhecimento sobre esse objeto, garantindo, inclusive, a publicação de livro e artigos em periódicos especializados.

A continuidade desse estudo, também realizada interinstitucionalmente, pretende verificar como o CME tem contribuído para o acompanhamento, avaliação e implementação dos Planos Municipais de Educação com vistas a organização de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada. Em Jataí, especificamente, além do acúmulo teórico, docentes vinculados ao Grupo de Pesquisa responsável pelo desenvolvimento da pesquisa também compõem a Comissão de monitoramento e avaliação do PME local (2015-2025).

A participação de estudantes de graduação tem sido decisiva nesses processos de pesquisa permitindo a ampliação do arcabouço documental, o incremento dos objetos de estudos em torno da proposta de pesquisa interinstitucional bem como tem contribuído para a formação de estudantes de licenciatura, especialmente do Curso de Pedagogia.

Diante disso, a pesquisa ora apresentada buscou responder a seguinte problemática: qual o lugar dos CMEs nas notícias publicadas no estado de Goiás envolvendo a pandemia e as escolas? De que modo o CME é apresentado como um ente mediador entre o poder público e a comunidade escolar neste momento de crise?

Partindo das considerações expostas anteriormente, esse plano de trabalho teve como objetivo geral: identificar textos (notícias, reportagens, entrevistas) publicados em *sites* de grande circulação no estado de Goiás sobre as escolas na pandemia, entre março de 2020 a abril de 2022 e o lugar ocupado pelos Conselhos Municipais de Educação nestes textos.

Ainda, teve como objetivos específicos: i) avançar no entendimento sobre o papel dos

Conselhos Municipais de Educação compreendendo, portanto, sua função de articulação e mediação entre os entes em momentos de crise como a pandemia do Coronavírus; ii) identificar as notícias (e outros tipos de textos como reportagens, entrevistas, editoriais, dentre outros) publicadas em *sites* de grande circulação no estado de Goiás sobre as escolas na pandemia entre março de 2020 a abril de 2022 e iii) analisar o lugar ocupado pelos Conselhos Municipais de Educação nestes textos analisando o papel desempenhado por esse ente na organização das escolas durante a pandemia.

O texto que ora apresentamos apresenta a história e funções dos CMEs, descreve o percurso metodológico da pesquisa e destaca os resultados da pesquisa documental e, por fim, aponta os avanços em relação ao problema e objetivo geral anunciados.

HISTÓRIA E FUNÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Com a finalidade de realizar um breve resgate histórico da caminhada dos Conselhos de Educação no Brasil, analisando a sua natureza, as funções e a composição dos conselhos de educação apresentamos o quadro abaixo. A organização deste quadro teve por objetivo oferecer informações para estabelecer qual é o papel dos Conselhos na gestão democrática do Sistema Municipal de Educação.

Períodos	Fatos Históricos
a) 1842	Primeiro conselho de educação criado no Brasil, sendo estadual (Provincial à época).
b) 1854	Pelo Decreto Imperial nº 1.331-A, de 17 de fevereiro, o município do Rio de Janeiro criou o Conselho Director do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte, sendo, portanto, municipal.
c) 1846 - 1911	Diversas propostas foram discutidas para a criação de um Conselho de Educação de âmbito nacional, mas não foram levadas a diante.
d) 1911	Conselho que reforçava tendência histórica, iniciada com a chegada da família real, dava atenção prioritária ao ensino superior.
e) 1925	Criado o Conselho Nacional de Ensino que remodelou o Conselho Superior de Ensino, expandindo sua composição e atribuições para todos os níveis de ensino.
f) 1931-1936	Foi criado o primeiro Conselho Nacional de Educação como “órgão consultivo do Ministro da Educação e Saúde Pública, nos assuntos relativos ao ensino”. (art.1º)
g) 1936-1961	Foi criado o segundo Plano Nacional de Educação nomeando 22 conselheiros pelo governo através de listas triplices que foram elaboradas pelo CNE anterior, os representantes foram indicados por grupos de educadores do campo nacional e estadual. Esse CNE tinha como principal dever elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE).
h) 1962-1994	O Conselho Federal de Educação tinha funções que envolviam questões a formulação da política nacional de educação e a normatização sobre o sistema federal de ensino, demandas e particularidades institucionais e individuais, como autorização e reconhecimento de curso, aprovações de estatutos e regimento, credenciamento de professores. O Presidente da República tinha a prerrogativa de nomear os 24 conselheiros.
i) 1994	Foi criado o terceiro Conselho Nacional de Educação que eliminou o CFE. O conselho foi definitivamente instituído em 1995 e sendo instalado em 1996.

j) Conselhos Estaduais	Passaram a funcionar a partir da primeira LDB. Entre 1962 e 1965, todos os estados criaram seus Conselhos de Educação.
k) Conselhos Municipais de Educação	Após a constituição de 1988, houve um estímulo à criação de Conselhos Municipais de educação, com funções próprias em relação ao Ensino ofertado nas cidades.

Quadro 01 – História dos Conselhos no Brasil

Fonte: Quadro adaptado de Bordignon (2009)

Pela síntese do quadro, foi possível ser observado que - durante essa caminhada no sentido da organização dos Conselhos de Educação - houve importantes mudanças e processos.

O quadro a seguir mostra a função e a definição dessas funções atribuídas aos Conselhos de Educação atualmente, como resultado do processo histórico evidenciado no quadro anterior.

Função	Definição
Caráter deliberativo	Tem o poder de decisão final, o conselho aprova, decide, estabelece normas e ações.
Caráter consultivo	Propõe ações, dar opinião sobre os temas relevantes, responder às consultas.
Caráter de mobilização e controle social.	A função mobilizadora é aglutinar os Conselhos e a sociedade civil para esforços comuns com vistas a melhoria do ensino. A função do controle social é zelar para manter uma boa gestão pública e defender o direito de todos para uma educação de qualidade.

Quadro – 02 - Funções dos Conselhos de Educação

Fonte: Quadro adaptado de Bordignon (2009)

No exercício dessas funções o Conselho deverá promover, para subsidiar suas decisões, conferências de educação e audiências públicas sobre temas educacionais relevantes para o município. É importante que, especificamente, as competências de caráter deliberativo sejam claramente evidentes na lei que institui o conselho, para que seu poder de decisão não seja desconhecido. (BORDIGNON, 2009).

A criação de Conselhos Municipais de Educação é de exclusividade dos municípios. Nas palavras de Bordignon:

Mas é fundamental que a criação do conselho represente a vontade política da sociedade e não a mera formalidade legal. Por isso, o processo de criação do conselho é mais importante do que a qualidade final da lei. O perfil do conselho, sua organização, composição, funções e atribuições devem resultar de ampla discussão com a comunidade. (BORDIGNON, 2009, p.72).

Diante disso, apesar de ser um órgão da gestão municipal, o Conselho Municipal de Educação deve ser entendido como um espaço público, composto por representantes da Prefeitura dos municípios e da sociedade civil, tem como referência contribuir para a

definição dos planos de ação da cidade, por meio de reuniões periódicas e discussões atuando, assim, de maneira consultiva, mobilizadora, deliberativa e normativa. Deve ser compreendido como cogestor das políticas públicas, o agente que participa ativamente do sistema, compreendendo o planejamento, execução e a avaliação como um mecanismo de melhoria para o ensino. (BORDIGNON, 2009).

METODOLOGIA

Partindo desses pressupostos, o propósito desse plano de trabalho se configurou, portanto, em identificar e compreender o lugar dos Conselhos Municipais de Educação (CME) nas publicações (notícias, reportagens, entrevistas, editoriais) de grande circulação no estado de Goiás de modo a perceber a participação e mediação do CMEs nesse contexto de crise da educação pública provocada pela pandemia e debater qual é esse lugar, considerando que o CME tem como uma de suas funções atuar como mediador entre o poder público e a comunidade escolar.

O plano de trabalho ora apresentado teve como objeto de estudos o CME e o lugar que ocupa em publicações envolvendo a escola em um contexto de crise provocada pela pandemia – Covid-19, como dito, e dada a natureza desse processo de investigação foi realizada uma pesquisa qualitativa, entendendo como aquela que se caracteriza segundo Triviños (1987, p. 128-130) pelos seguintes aspectos:

A fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. O pesquisador vai até o local ou até o grupo pesquisado e torna-se o principal instrumento de coleta de dados utilizando geralmente a observação. Esse contato é necessário uma vez que o contexto é elemento destacado na pesquisa qualitativa para a interpretação de um fenômeno.

A fim de responder aos objetivos elencados, a pesquisa foi de cunho bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica abrangeu a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos, entre outros, que possibilitam realizar um plano de leitura atenta e sistemática objetivando a fundamentação teórica e conceituação do estudo e o levantamento do estado da arte da temática. A pesquisa documental, por sua vez, consistiu em selecionar, tratar, interpretar as informações em estado bruto, buscando extrair valores de documentos escritos existentes, documentos que não foram analisados e precisam ser considerados cientificamente autênticos.

A pesquisa documental se caracteriza como aquela que “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 177).

A pesquisa documental a qual nos referimos foi realizada em *sites* de publicações de grande circulação do estado de Goiás, tais como: *sites* de jornais de grande circulação, portais de agências de notícias com, por exemplo, G1 e O Popular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No desenvolvimento do plano de trabalho, durante a pesquisa documental que foi realizada por meio de *sites* de publicações de grande circulação, como referido, tivemos como objetivo pesquisar em textos publicados nestes suportes, especificamente, no estado de Goiás, informações sobre as escolas na pandemia e o lugar ocupado pelos Conselhos Municipais de Educação nestes textos.

Foi realizada pesquisa nos *sites* do O popular, G1 Goiás e Google utilizando as expressões com e sem aspas e o motivo de colocar algumas expressões com aspas foi porque queríamos resultados relacionados especificamente com a educação e a pandemia, mas foi possível observar que em algumas notícias – mesmo usando as aspas - não havia nada relacionado com a educação, conforme apontam os resultados abaixo.

<i>Site</i>	Expressão	Resultados
O popular	Educação e Pandemia	401
O popular	“Educação e Pandemia”	06
O popular	Ensino e Pandemia	250
O popular	“Ensino e Pandemia”	06
O popular	Conselho Municipal de Educação	0
O popular	“Conselho Municipal de Educação”	0
G1 Goiás	“Ensino e Pandemia Goiás”	0
G1 Goiás	Educação e Pandemia	0
G1 Goiás	Conselhos Municipais de Educação	0
Google/ Sagres	“Educação e Pandemia Goiás”	Goiás tem perda de aprendizagem de cerca de 40% com aulas remotas, afirma secretaria de educação.

Quadro 03 – Primeiro levantamento (10/11/2021)

Organização: Tavares (2022)

<i>Site</i>	Expressão	Resultados
O popular	Educação e Pandemia	445
O popular	“Educação e Pandemia”	47616
O popular	Ensino e Pandemia	282
O popular	“Ensino e Pandemia”	32576
O popular	Conselho Municipal de Educação	Conselho autoriza aulas remotas em Goiânia

Quadro 04 – Segundo levantamento (03/03/2022)

Organização: Tavares (2022)

O popular	Educação e Pandemia	453 1) Pandemia atrasa alfabetização de crianças em Goiás. (Acesso limitado) 2) “A preocupação do conselho é que o aluno não fique sem aula”, diz presidente do CEE-GO (Acesso limitado) 3) Estrago na educação: 90% dos alunos de 7 e 8 anos em Goiás não sabem ler (Acesso limitado) 4) Governos estaduais reduzem gastos com educação apesar de aumento de receita. (Acesso limitado)
O popular	“Educação e Pandemia”	47897
O popular	Ensino e Pandemia	285
O popular	“Ensino e Pandemia”	32872
O popular	Conselho Municipal de Educação	93
O popular	“Conselho Municipal de Educação	40848 Retorno presencial na UFG para ano letivo de 2022 é aprovado por Conselho. (acesso limitado)
G1 Goiás	“Ensino e Pandemia Goiás”	0
G1 Goiás	Educação e Pandemia	0 Foram observadas algumas notícias sobre a educação e a pandemia, mas não especificam se são notícias de Goiás
G1 Goiás	Conselhos Municipais de Educação	A União dos Conselhos Municipais de Educação realiza fórum.
Google	“Educação e Pandemia Goiás”	<ul style="list-style-type: none"> ● Durante a pandemia, estudantes de Goiás são líderes em tempo de estudo, diz a FGV. ● Como o Seduc-GO vem atuando para assegurar a aprendizagem na rede durante a pandemia. ● Com avanço da ômicron, Conselho Estadual de Educação de Goiás autoriza retorno das aulas híbridas

Quadro 05 – Terceiro levantamento (28/03/2022)

Organização: Tavares (2022)

Os dados acima mostram que são vários resultados quantitativos encontrados, mas que são poucas notícias relacionadas ao CME e as que o cita de fato estão com acesso limitado, restrito apenas aos assinantes e, diante disso, pode-se afirmar que este Conselho não aparece na grande mídia do estado de Goiás. Não foi possível realizar a leitura direta de nenhum texto, mas os títulos e *leads* disponíveis nos permitem inferir que não há nenhuma

menção direta aos Conselhos Municipais. Os Conselhos citados representam outros entes, como o Conselho Estadual de Educação.

Ao mesmo tempo, a internet nos possibilitou ter o acesso com rapidez das informações, mas também nos apresentou grandes desafios durante a busca das notícias. Percebeu-se que o uso das aspas como ferramenta de filtro/seleção de informações não foi eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a emergência sanitária e as atividades remotas, o plano de trabalho foi organizado para que a coleta de dados pudesse ser feita utilizando recursos tecnológicos, Tínhamos como hipótese que haveria algum espaço para os CMEs nas notícias veiculadas pela grande mídia goiana.

Para fazer o acompanhamento com precisão dos dados, orientações e informações sobre a pandemia e o CME foi de muita relevância que consultássemos fontes relevantes como os *sites* citados nos quadros. Contudo, nossa hipótese foi refutada e percebeu-se que o CME ocupa um não-lugar nesse tipo de divulgação de informações sobre a educação.

É sabido que para que - de fato – os Conselhos funcionem como mediadores e articuladores da relação entre a sociedade e os gestores da Educação municipal, cabe aos Conselhos regulamentar, fiscalizar e aconselhar medidas para melhoria das políticas educacionais em cada município. E para que isso aconteça, deve ser feito de forma democrática.

Bordignon (1983, p.8) defende a gestão democrática como uma:

[...] condição da qualidade sociocultural da educação. Não basta garantir o direito à educação. É preciso garantir a participação de todos: a educação não será para todos enquanto todos não participarem da educação.

Os Conselhos de Educação como órgãos de Estado, de participação, representatividade e controle social, tem como atuação principal na defesa do direito à educação para todos, em concordância do que está previsto na Constituição Federal, que define a educação como direito público. Todos esses aspectos deveriam ser levados em conta e são o fundamento para a relevância da publicização das ações dos CMEs, fato esse que não foi verificado ao final desta pesquisa.

Há responsabilidades e compromissos do CME que devem ser compartilhados com a população, em ação da democracia, o interesse com a garantia do direito à educação, acompanhando e avaliando-a na busca de mudanças para os problemas existentes, levando em consideração a pluralidade de concepções. Sendo assim, compreendemos que se o Conselho fosse de fato mais atuante e de mobilização, a Educação poderia apresentar uma considerável melhora, pois ocorreria uma intensa fiscalização e controle social em todos os seus aspectos e, em tempo, que suas ações pudessem ser públicas e socializadas para o

grande público estimulando a participação qualificada nestes espaços.

Por fim, conclui-se que os CMEs não estiveram diretamente envolvidos na organização do ensino remoto durante a pandemia do Covid-19 considerando a publicidade das informações na grande mídia goiana.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no Município**: sistema, conselho e plano. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. **Documento final da Conferência Nacional de Educação 2014**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: www.conae.mec.gov.br. Acessado em: 07 de outubro de 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

JATAÍ. Lei nº 1968/97, de 11 de novembro de 1997. **Cria o Conselho Municipal de Educação**, Jataí, GO, novembro 1997.

JATAÍ. Lei nº 3708, de 26 de junho de 2015. **Plano Municipal de Educação**, Jataí, GO, junho 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MONLEVADE, J. A. **A importância do Conselho Municipal de Educação na elaboração, implantação e acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação**. Pró-Conselho. Disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br/biblioteca/> Acesso em: 14 jun. 2013

NEZ, Egeslaine de; SIEBIGER, Ralf H. ; RODRIGUES, Camila G. Os Conselhos Municipais de Educação em Mato Grosso. In: Antônio Bosco de Lima. (Org.). **CMES no Brasil**: qualidade social e política da educação. Campinas: Alínea, 2017, v. 1, p. 139-154.

OLIVEIRA, Camila A. V. de; CRUVINEL, Belarmina V.; SANTOS, Nayenne H. Estado do conhecimento sobre os Conselhos Municipais de Educação: um estudo em publicações no estado de Goiás. In: Antônio Bosco de Lima. (Org.). **CMES no Brasil**: qualidade social e política da educação. Campinas: SP: Editora Alínea, 2017, v. 1, p. 87-102.

OLIVEIRA, Dalila. A. **Trabalho docente**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

RAIMANN, Ari; OLIVEIRA, Camila A. V; RAIMANN, Elizabeth G. . Perfil dos Conselhos Municipais de Educação em Goiás e a Qualidade Socialmente referenciada da Educação. In: Antônio Bosco de Lima. (Org.). **CMES no Brasil** - qualidade social e política da educação. 1ed. Campinas: Alínea, 2017, v. 1, p. 103-119.

PEREZ, José Roberto Rus. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 18 de maio de 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. Primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2003.

TEIXEIRA, Lúcia Helena G. Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 691-708, set./dez. 2004> Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a09v34123.pdf>. Acessado em 17 de fevereiro de 2017.

TRIVINOS, Augusto. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.